



RESENHA

Populismo de direita no Brasil contemporâneo: uma leitura crítica da obra de Lynch e Cassimiro

LYNCH, CHRISTIAN; CASSIMIRO, PAULO HENRIQUE. O POPULISMO REACIONÁRIO: ASCENSÃO E LEGADO DO BOLSONARISMO. SÃO PAULO: EDITORA CONTRACORRENTE, 2022.

Yuri de Lima Ribeiro^{1}*
*Breno Ricardo de Oliveira Soares^{1**}*

Resumo:

A obra “O Populismo Reacionário” apresenta uma abordagem aprofundada e inovadora sobre a surgimento e a solidificação do bolsonarismo no Brasil, caracterizando-o como uma forma de populismo de cunho reacionário. Longe de ser um desvio ou uma ruptura súbita, o fenômeno é esmiuçado como resultado das vulnerabilidades da Nova República, da judicialização da política e da deterioração das instituições democráticas. Com robusta base teórica e histórica, distingue o bolsonarismo tanto do populismo clássico quanto do conservadorismo tradicional. Ao mobilizar referências como Urbinati, Rosanvallon, Moffitt e Müller, o autor oferece uma ferramenta analítica que transcende o cenário brasileiro, contribuindo para o debate global sobre os desafios contemporâneos à democracia liberal. A crítica aguçada do legado bolsonarista em suas facetas cultural, institucional e simbólica confere à obra uma pertinência não apenas descritiva, mas, incitando à recomposição democrática frente às forças da regressão política.

Palavras-chave:

Bolsonarismo;
Populismo Reacionário;
Democracia Liberal;
Judicialização

^{1*} Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense; mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: yurilr@gmail.com.

^{1**} Mestrando em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba; graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: brenoricardo04@gmail.com

Desde as manifestações de 2013 e o protagonismo alcançado pela Operação Lava Jato nos anos seguintes, o Brasil ingressou em um ciclo de instabilidade institucional e política que reconfigurou radicalmente o campo democrático. Esse processo implicou o esvaziamento da política representativa, a judicialização das disputas partidárias e a ruptura institucional com o impeachment de 2016, interpretado por diversos setores como um golpe parlamentar. Nesse cenário, abriu-se espaço para a emergência de forças políticas de extrema-direita, culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Em meio ao enfraquecimento das instituições e ao avanço de discursos autoritários, o autoritarismo voltou a ocupar lugar central tanto no debate público quanto na produção acadêmica contemporânea (Barroso, 2023; Silva; Rodrigues, 2021).

Em "O Populismo Reacionário: Ascensão e Legado do Bolsonarismo", os autores apresentam uma reflexão teórico-histórica instigante sobre o fenômeno populista contemporâneo, inserindo-o na crise das democracias liberais. Eles partem do diagnóstico de Francis Fukuyama (1989) sobre o "fim da história" e o contrapõe ao surgimento de movimentos populistas de caráter autoritário e reacionário, que seriam uma expressão das fraturas internas da própria ordem liberal-democrática.

Apresentando uma definição clara e prática de populismo: um estilo de liderança carismática que se valida ao supostamente encarnar a vontade de um "povo autêntico", em confronto com uma elite vista como corrupta e ilegítima (Lynch; Cassimiro, 2022). Esse populismo é caracterizado por três pilares: o apelo direto ao povo contra a elite, o uso de um discurso "politicamente incorreto" e a constante invocação de uma crise que justificaria a adoção de medidas excepcionais. Inspirando-se em pensadores como Pierre Rosanvallon (2021) e Jan-Werner Müller (2016), Lynch e Cassimiro diferenciam entre populismos moderados, que podem até expandir a participação política, e os radicais, que ameaçam minar as instituições democráticas.

O livro concentra-se no populismo reacionário de direita, analisando o caso brasileiro sob Jair Bolsonaro. Esse fenômeno é caracterizado por uma retórica regressiva que busca restaurar uma ordem social hierárquica e tradicionalista, muitas vezes com base cristã. Esse reacionarismo se diferencia de outras formas de conservadorismo, destacando seu caráter utópico e radicalizante, que não apenas busca conservar, mas sim restaurar uma suposta ordem original perdida.

Eles procuram investigar a "revolução judiciarista" no Brasil, um fenômeno onde o Judiciário e o Ministério Público, influenciados pelo neoconstitucionalismo, se tornaram atores políticos centrais após 2013. Argumentando que essa "vanguarda iluminista" de juízes e promotores, exemplificada pela Operação Lava Jato, buscou regenerar a política, transferindo o poder de decisão do voto para os tribunais, baseando-se em doutrinas jurídicas liberais e pós-positivistas. Comparando essa elite jurídica, os "tenentes togados", a um projeto antigo de protagonismo do Supremo Tribunal como poder moderador. Contudo, essa ofensiva judicial enfrentou resistência da "oligarquia peemedebista", que, sob o governo Temer, implementou

um "Termidor judiciarista"² para conter o ativismo, liderado por figuras como Gilmar Mendes.

Eles procuram conectar o judiciarismo ao enfraquecimento do presidencialismo de coalizão e à reconfiguração das relações entre Direito e política. Os autores mostram como o antipetismo, a crise institucional e a desilusão democrática pavimentaram o caminho para o lavajatismo e o populismo reacionário, culminando na ascensão de Jair Bolsonaro como figura antissistema.

O argumento desenvolvido pelos autores encontra respaldo e contraste em diversos autores do campo da ciência política e do direito. Seu diagnóstico da falência do presidencialismo de coalizão e do esgotamento da Nova República pode ser articulado à crítica clássica de Sérgio Abranches (2018), que identifica o modelo como funcional, enquanto os autores evidenciam sua degeneração progressiva após as Jornadas de Junho de 2013. Do ponto de vista institucional, o processo que eles nomeiam de "revolução judiciarista" aprofunda a análise de Arantes (2002), que via na autonomia do Judiciário um ganho democrático, mas cuja aplicação recente teria resvalado em protagonismo político disfuncional.

A crítica à judicialização excessiva como sintoma de crise da representação, presente em Leonardo Avritzer (2020), é retomada pelos autores com maior radicalidade: não se trata apenas de judicialização, mas da formação de uma nova elite togada, que assume para si o monopólio da regeneração política em nome de princípios constitucionais supostamente universais. O ideário liberal-ativista representado por Luís Roberto Barroso, inspirado em Dworkin (2011) e Rawls (2008), é confrontado com os riscos de um déficit democrático originado pelo deslocamento da soberania popular para instâncias judiciais não eleitas. Ao mobilizar Raymundo Faoro (1974), eles não apenas resgatam a crítica ao patrimonialismo como elemento estrutural da política brasileira, mas também revela como esse mesmo Judiciário, que antes se pretendia contrapeso, passa a operar como força de desestabilização do sistema. Essa construção teórica é comparável à análise da Operação Mãos Limpas na Itália, discutida por Donatella Della Porta e Alberto Vannucci (2007), onde o colapso do sistema partidário, sob o peso do moralismo jurídico, abriu espaço para o populismo autoritário - fenômeno que encontra paralelo direto na ascensão de Jair Bolsonaro após o lavajatismo.

Os autores interpretam o bolsonarismo como uma forma específica de populismo reacionário. Diferente do populismo clássico, que mobiliza as massas contra as elites, o bolsonarismo surge como uma reação às mudanças morais e culturais impulsionadas pela democracia liberal e pelo sistema político de 1988 no Brasil. Em sua essência, trata-se de um populismo de caráter restaurador e regressivo. Ele mobiliza setores médios e populares com a promessa de restabelecer uma ordem social tradicionalista, autoritária e avessa ao pluralismo.

A análise em questão se destaca por sua originalidade ao ir além da mera identificação do bolsonarismo como um movimento antipetista. Ela o caracteriza

² Este é o movimento de contenção institucional da ofensiva judicial contra a política, marcando o início de um novo ciclo mais moderado após o auge punitivista e moralizador da Operação Lava Jato (Lynch; Cassimiro, 2022).

como um fenômeno multifacetado, essencialmente antissistêmico, anticomunista, antiliberal e anticivilizatório. Essa classificação se fundamenta em uma retórica que não apenas demoniza o dissenso, mas também ataca frontalmente as instituições democráticas e os direitos das minorias. A construção do "povo bolsonarista" é outro ponto crucial abordado. Diferente de uma totalidade integradora, esse "povo" é forjado como um segmento moralmente "puro", engajado em uma guerra declarada contra "inimigos internos". Esses inimigos incluem a imprensa, o Supremo Tribunal Federal (STF), professores, universidades e o globalismo. Nesse sentido, eles estabelecem um diálogo com conceitos de pensadores como Jan-Werner Müller (2016). No entanto, eles enriquecem essa discussão ao integrar um componente distintamente brasileiro: a herança do autoritarismo militar e do moralismo evangélico, elementos que moldam de forma particular a manifestação do populismo reacionário no Brasil.

Apontando que o bolsonarismo é um populismo profundamente antipolítico. Eles rejeitam a mediação institucional, a negociação e a complexidade da representação democrática. Seu funcionamento se baseia em uma liderança personalista, fortemente mediada pelas redes sociais, onde o presidente se posiciona como o único intérprete legítimo da vontade do "povo de bem". Essa centralidade messiânica do líder é alimentada por uma linguagem violenta, mobilizadora e performática, que permeia as instituições e compromete o tecido democrático.

Refletindo sobre os impactos duradouros do bolsonarismo no sistema político e na cultura constitucional da Nova República, diversos autores sustentam que ele não foi um fenômeno acidental ou alheio à história recente do país. Pelo contrário, o bolsonarismo emergiu das contradições internas do regime inaugurado em 1988, especialmente de sua dificuldade em promover estabilidade institucional, inclusão social duradoura e lealdade generalizada aos princípios do Estado de Direito. Nessa perspectiva, Avritzer; Kerche; Marona (2021) argumentam que o bolsonarismo é o desfecho de um processo de erosão institucional que teve início com a crise de representação e a desagregação das coalizões democráticas a partir de 2013. O regime da Nova República fracassou em consolidar uma democracia inclusiva e estável, criando um ambiente fértil para o surgimento de lideranças autoritárias e antissistêmicas que canalizaram o descontentamento social e político (Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

O bolsonarismo impôs ao Brasil um retrocesso político e simbólico, trazendo de volta valores autoritários, militaristas, clericais e antipluralistas. Apesar de formalmente democrático, o regime bolsonarista buscou continuamente erodir as garantias constitucionais, deslegitimar instituições de controle e atacar a representação plural. Para os autores, isso foi uma "autocratização por dentro", ou seja, uma forma de desdemocratização liderada por atores eleitos, mas com um projeto de poder que rejeita os fundamentos liberais e pluralistas da ordem constitucional.

Ao contrário de outros regimes autoritários do século XX, o bolsonarismo se manteve não por partidos ou ideologias rígidas, mas por redes digitais informais, aparelhos religiosos e parte das Forças Armadas. Isso torna seu legado disperso,

porém resiliente. A polarização e a guerra cultural criaram um ambiente que dificulta a negociação e a reconstrução institucional, mesmo após o fim do governo. Assim, combater o legado bolsonarista exige mais do que derrotá-lo nas urnas: demanda uma renovação das práticas políticas, das instituições e da cultura democrática, sob o risco de sua reprodução futura.

Na parte final da obra, os autores apresentam uma elaboração teórica robusta e inovadora do conceito que intitula o livro. Eles partem da premissa de que, embora o bolsonarismo compartilhe traços do populismo clássico, como o apelo direto ao "povo" contra instituições e elites, sua compreensão plena exige a consideração de sua radicalidade reacionária. Essa radicalidade se manifesta não só contra a corrupção ou a ineficiência do sistema, mas contra os próprios fundamentos do regime democrático liberal.

Em diálogo crítico com a literatura internacional sobre populismo, especialmente Ernesto Laclau (2013) e Jan-Werner Müller (2016), os autores demonstram que o caso brasileiro desafia categorias estabelecidas. O populismo bolsonarista não busca expandir direitos ou incluir novos setores sociais. Em vez disso, seu objetivo é restaurar uma ordem moral, cultural e política excludente, centrada na religião, na família tradicional, no militarismo e no autoritarismo. Por isso, é classificado como "reacionário".

A peculiaridade da abordagem reside na conexão entre populismo, autoritarismo e um plano de antimodernidade. O bolsonarismo, conforme Lynch sustenta, impulsiona emoções, mágoas e uma expressão de violência para solidificar uma identidade grupal alicerçada na exclusão, de grupos minoritários, acadêmicos, criadores, comunicadores, adversários e organismos. Essa identidade se cristaliza como "o povo de bem", em oposição ao "aparato corrompido" e às "intimidações ideológicas" do progressismo e da globalização.

Eles solidificam a premissa principal da obra ao ponderar sobre as repercussões persistentes do bolsonarismo para a democracia brasileira. Defendem que regimes democráticos não se mantêm apenas pela aprovação eleitoral, mas demandam também uma legitimidade de atuação, ou seja, uma performance institucional responsável dentro das normas do jogo democrático. O populismo reacionário, ao rejeitar esse fundamento, debilita a democracia por dentro, fomentando uma perspectiva antipluralista de povo, alicerçada na rejeição de adversários e na deterioração das instituições.

Aprofundando sua caracterização de populismo reacionário, o texto o descreve como uma modalidade de engajamento político que busca transformar uma maioria temporária em uma maioria perpétua, conforme adverte Nadia Urbinati (2019). Essa tática, contrária ao pluralismo, não se restringe ao discurso: ela atua institucionalmente, minando rotinas democráticas e práticas republicanas consolidadas informalmente. O autor discerne no bolsonarismo a formação de um "povo" que só pode ser entendido de forma negativa, ou seja, definido em oposição aos antagonistas da ordem almejada, como jornalistas, minorias, entidades científicas e adversários políticos.

Um dos conceitos mais poderosos do segmento final é o denominado “dilema do parasita”: o populista radical, tal como Bolsonaro, necessita da democracia para existir, contudo, subsiste de miná-la. Ele exhibe poder e insinua um rompimento, sem jamais concretizá-lo, pois receia o salto no desconhecido que a aniquilação completa da democracia representaria. O líder populista corteja incessantemente o autoritarismo, mas também teme a represália institucional, o que o converte em um agente ambíguo: ao mesmo tempo prejudicial e subordinado ao sistema que hostiliza.

A obra é essencial para apreender a essência e o pós-legado do bolsonarismo não como casualidade histórica, mas como manifestação intrínseca de um empreendimento reacionário radicado nas vulnerabilidades da Nova República. Ao combinar vasto conhecimento histórico, refinamento conceitual e profundidade interpretativa, o autor proporciona ao intercâmbio público e acadêmico uma abordagem analítica inédita, o populismo reacionário, que supera classificações habituais como extrema-direita ou conservadorismo. Ao reconhecer o bolsonarismo como um esforço para restituir uma ordem hierárquica e excludente, fundamentada no ressentimento e na mobilização contínua contra instituições democráticas, também nos adverte sobre os perigos da naturalização de discursos e práticas antidemocráticas sob o disfarce de legitimidade eleitoral. É, portanto, um compêndio que não só esclarece o passado recente, mas que incita à vigilância crítica sobre o presente e à responsabilidade com o porvir da democracia no Brasil.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. 2018. *Presidencialismo de coalizão*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARANTES, Rogério Bastos. 2000. *Ministério Público e política no Brasil*. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AVRITZER, Leonardo. 2020. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. 2021. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BARROSO, Luís Roberto. 2023. Populismo, autoritarismo e resistência democrática: as cortes constitucionais no jogo do poder. *Revista Direito e Práxis*, v. 14, n. 03, p. 1652-1685.
- DELLA PORTA, Donatella; VANNUCCI, Alberto. 2007. Corruption and anti-corruption: The political defeat of ‘Clean Hands’ in Italy. *West European Politics*, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 830- 853.
- DWORKIN, Ronald. 2011. *A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

- FAORO, Raymundo. 1974. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo.
- FUKUYAMA, Francis. 1989. "The end of history?". *The National Interest*, n. 16.
- LACLAU, Ernesto. 2013. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- MÜLLER, Jan-Werner. 2016. *What is populism?* Filadelfia: University of Pennsylvania Press.
- RAWLS, John. 2008. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes.
- ROSANVALLON, Pierre. 2021. *O século do populismo*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades.
- SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. 2021. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações*, v. 26, n. 1, p. 86-107.
- URBINATI, Nadia. 2019. *Me the people: How populismo transforms democracy*. Nova York: Harvard University Press.



Recebido em 11 de Junho de 2025
Aceito para publicação em 04 de Agosto de 2025